

# Cortes respeitam acordo com FMI

Os cortes realizados no OGU obedecem à cláusula do acordo com o Fundo Monetário Internacional de reduzir o déficit público a 4 por cento do PIB (Produto Interno Bruto). Segundo o secretário-executivo da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), José Ribas Neto, os cortes foram feitos nas rubricas de custeio e investimento.

Para a aplicação desses cortes, enfatizou, considerou-se um parâmetro de acordo com o qual os órgãos que tivessem um orçamento superior a Cz\$ 18 bilhões teriam os maiores

cortes. Nesse caso estavam os ministérios da Educação, os militares e o dos Transportes que sofreram um corte médio de 19% nos gastos de custeio e investimento. No caso específico dos Transportes, no entanto, deverá ser aumentada de Cz\$ 8 bilhões para Cz\$ 32 bilhões a dotação da ferrovia Norte-Sul, o que foi permitido a partir do sacrifício de programas sociais e redução do reaparelhamento das Forças Armadas.

## SUPLEMENTAÇÃO

Os ministérios com orçamento inferior a Cz\$ 18 bi-

lhões sofreram cortes de 11,5 por cento em média, como aconteceu com as pastas da Justiça e do Trabalho. Dentro do programa de trabalho que estabelece os créditos especiais, no entanto, está sendo considerada uma suplementação de Cz\$ 33 milhões para o Ministério do Trabalho, recursos destinados à administração direta. Para o Ministério da Ciência e Tecnologia foi concedido um adicional para as bolsas de estudo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no valor de Cz\$ 9 bilhões.